

INSPIRAÇÃO E VERDADE NA BÍBLIA

Focalizando especialmente os livros do Sirácida e da Sabedoria

*Ney Brasil Pereira**

Introdução

É nossa convicção de fé que os livros canônicos, também os “deuterocanônicos”, do Novo e do Antigo Testamento, “com todas as suas partes, por terem sido escritos sob a inspiração do Espírito Santo, têm a Deus como autor e, nesta sua qualidade, foram confiados à Igreja”. Assim o Vaticano II na *Dei Verbum*, n. 11, que continua: “Na redação dos livros sagrados Deus escolheu homens, dos quais se serviu fazendo-os usar suas próprias faculdades e capacidades¹, a fim de que, agindo Ele próprio neles e por eles (cf. Hb 1,1 e 4,7), escrevessem, como verdadeiros autores, tudo e só aquilo que Ele próprio quisesse”². Por isso, “já que tudo o que os autores inspirados ou hagiógrafos afirmam deve ser tido como afirmado pelo Espírito Santo, deve-se professar que os livros da Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem erro a verdade que Deus, em vista da nossa salvação, quis fosse consignada nas Sagradas Escrituras”³.

Em síntese, é nossa convicção de fé a “inspiração” e a “inerrância” da Bíblia. Como entender esses conceitos, levando em conta que a “Palavra de Deus”, que está na Bíblia, é uma expressão paradoxal, isto é, se é “palavra”, é um fenômeno humano, mas sendo ao mesmo tempo “de Deus”, é uma realidade divina? Divino-humana, portanto, como o é a “Palavra feita carne” (Jo 1,14). Ora, assim como a “Palavra feita carne” assumiu a natureza humana com todas as suas limitações, menos o pecado, assim a “Palavra feita livro” assumiu a linguagem humana com todas as suas limitações, menos o erro voluntário, a mentira. Não fosse assim, recairíamos no monofisismo, de uma vez por todas rejeitado no Concílio de Calcedônia (451): *Deus e homem verdadeiro, homem e Deus verdadeiro*. A “inerrância”, portanto, não pode ser absoluta, nem entendida fundamentalisticamente, mas se restringe, como a *Dei Verbum* fez questão de frisar, e já vimos acima, à “verdade de salvação” que Deus intencionou transmitir-nos pelos hagiógrafos.

Como detectar essa “verdade de salvação”, sem incidir no “livre exame” ou no relativismo? Aí entra, como é sabido, o contexto da Tradição, em cujo rio nasceu e continua fluindo a Escritura, e a guia do Magistério da Igreja, além do serviço indispensável

* Mestre em Ciências Bíblicas e membro da Pontifícia Comissão Bíblica, é professor no ITESC.

1. Pio XII, *Divino Afflante*, EB 556.

2. Leão XIII, *Providentissimus*, EB 125.

3. Id., *ibid.*, EB 121.

da exegese histórico-crítica. Esta, incentivada pelo Magistério, leva em conta os “gêneros literários”, reconhecidos oficialmente pela *Divino Afflante* (1943)⁴, e cuja análise depende evidentemente do estudo e da tradução dos originais. A propósito, já o neto do Sirácida, no final do séc. II aC, se queixava da dificuldade de traduzir: “*Pois os vocábulos hebraicos, quando vertidos para outra língua, já não têm a mesma força. E não é só neste escrito. A própria Lei e os Profetas, e o conteúdo dos outros livros, apresentam não pequena diferença, quando lidos no original* (Eclo, prólogo do tradutor).

Concluindo esta breve Introdução, lembro o documento da Pontifícia Comissão Bíblica de 1993, no centenário da *Providentissimus* e cinquentenário da *Divino Afflante*, e 30 anos após a *Dei Verbum*. Foi um documento de ampla repercussão, intitulado “*A interpretação da Bíblia na Igreja*”, cuja finalidade, expressa na sua Introdução, foi “indicar os caminhos que convém tomar para chegar a uma interpretação da Bíblia que seja tão fiel quanto possível a seu caráter ao mesmo tempo humano e divino”⁵. Sem tomar posição “sobre todas as questões que são feitas a respeito da Bíblia, como, por exemplo, a teologia da inspiração”, o documento quis “examinar os métodos susceptíveis de contribuir com eficácia a valorizar todas as riquezas contidas nos textos bíblicos”⁶. Entre outras observações, lembra que “toda a tradição bíblica e, de maneira mais notável, o ensinamento de Jesus nos evangelhos, indicam como ouvintes privilegiados da Palavra de Deus aqueles que o mundo considera como *gente de condição humilde*”⁷. Sobre essas pessoas observa: “Aqueles que, na incapacidade e na privação dos seus recursos humanos, encontram-se forçados a depositar a sua única esperança em Deus e sua justiça, têm uma capacidade de escutar e interpretar a Palavra de Deus que deve ser levada em conta pela Igreja inteira, e pede também uma resposta no plano social”⁸. Mais. Afirma que “numerosas ‘comunidades de base’ centralizam suas reuniões sobre a Bíblia e se propõem um triplo objetivo: conhecê-la, construir a comunidade, e servir ao povo. Aqui também a ajuda de exegetas é útil para evitar atualizações mal fundadas. Mas deve-se alegrar em ver a Bíblia tomada por mãos de gente humilde, dos pobres, que podem trazer à sua interpretação e à sua atualização luz mais penetrante do ponto de vista espiritual e existencial do que aquela que vem de uma ciência segura dela mesma (cf. Mt 11,25)”⁹.

1. O Sirácida ou Eclesiástico

1.1 Síntese do livro

Este livro era mais conhecido pela sua designação na tradução latina: *Eclesiástico*. Já faz algum tempo, porém, para distingui-lo do *Eclesiastes*, está recebendo a designação de *Sirácida*, patronímico grego que equivale ao hebraico *Ben-Sirá*, que é o

4. Pio XII, *Divino Afflante*, EB 557-562.

5. PCB, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Loyola, 1994, p. 13 (Introdução, B).

6. Id., *ibid.*, p. 13.

7. Id., *ibid.*, p. 64 (itálico no original).

8. Id., *ibid.*, p. 64.

9. Id., *ibid.*, p. 83.

sobrenome do pai do autor: Jesus, filho de Sirac¹⁰. É um dos poucos casos, no Antigo Testamento, talvez o único, entre os livros não proféticos, em que a obra vem assinada pelo autor (cf. Eclo 50,29)¹¹. Trata-se do maior dos cinco livros sapienciais, alcançando um total de 51 capítulos, enquanto Jó tem 42 e Provérbios conta 31. Nos 51 capítulos do seu livro, *Ben-Sirá* aborda praticamente todos os aspectos e problemas da vida de um judeu fiel do seu tempo, cerca de 200 anos antes de Jesus e do Novo Testamento.

Ele não tem um problema especial em vista, como o autor do livro de Jó, nem uma teoria favorita, como o Eclesiastes. O Sirácida pretende harmonizar um vasto conjunto de material tradicional. Seu livro é, praticamente, uma retomada do livro dos Provérbios, com a novidade característica, nos seus nove capítulos finais¹², do louvor a Deus na criação e na história do seu povo (Eclo 42,15–50,26). Perpassa o livro um otimismo transbordante, que contrasta, talvez de propósito, com o pessimismo contestador do Eclesiastes, escrito pouco antes.

Escrevendo em pleno período do helenismo, época de confronto entre essa novidade e a fidelidade aos valores da religião tradicional de Israel, o Sirácida se caracteriza pelo equilíbrio de um pensamento ao mesmo tempo tradicionalista e inovador. Tradicionalista, porque liga a Sabedoria à Lei de Israel; inovador, porque apresenta a Sabedoria como partilhada por todos os seres humanos, mesmo fora de Israel.

Observador atento e participante da vida ao seu redor, ele percebe especialmente a alternância do bem e do mal, de momentos alegres e de tristeza, como mais vezes lembra, por exemplo: *Os bens e os males, a vida e a morte, pobreza e riqueza, vêm do Senhor* (11,14). Isso, porém, não fatalisticamente, porque ele percebe que o mal é, tantas vezes, fruto da liberdade humana (cf. 15,11-21).

A paixão e o entusiasmo com que fala da sua profissão de escriba e sábio não o impedem de apreciar a contribuição imprescindível das atividades obreiras para o bem-estar da cidade (cf. 38,25–39,15). A severidade, mesmo dureza, para com os escravos, é contrabalançada pela benignidade, embora interesseira (33,25-33). Da mesma forma, as suas diatribes contra a mulher perversa logo são contrastadas por verdadeiros hinos à esposa fiel e dedicada, em 25,17–26,24. A sua atenção se volta para o receso do lar, mas também para o Templo, o cosmo e a história. Se ele estigmatiza o orgulho dos poderosos, por outro lado respeita a sua função social. Tem consciência da dignidade do ser humano e do valor dos bens da terra e, contudo, recomenda moderação no seu uso: cf. o cap. 31 sobre as riquezas e os banquetes (31,1–32,8).

Move-o uma grande fé e amor a Deus, o que transparece no entusiasmo com que descreve as obras do seu poder e da sua Providência (cf. 16,24–18,14; também o hino de louvor no cap. 39,16-41 e ainda o hino de 42,15–43,37). Mas essa fé e esse amor não se estendem para além desta vida. Será preciso esperar pelo Novo Testamento,

10. Sirac é a forma grega do hebraico *Sirá*. Por isso, “filho de Sirac”, mas “*Ben-Sirá*”.

11. A identificação dos versículos no Sirácida é complicada, pelas várias formas que o texto original e suas traduções foram recebendo. Aqui seguirei a numeração da Bíblia da CNBB, que reproduz a numeração da Nova Vulgata.

12. Notar também os nove capítulos iniciais de Provérbios, de conteúdo e estilo diferentes do restante do livro.

para que o horizonte do além-túmulo se ilumine¹³. Não se procure, pois, nele, o que nele ainda é prematuro.

Entretanto, destino estranho, o do seu livro. Esta verdadeira síntese de toda a tradição do Antigo Testamento¹⁴ foi rejeitada pelos rabinos, seus sucessores, exatamente no momento em que se canonizavam as Escrituras de Israel! Por outro lado, a Igreja cristã, quem sabe amenizando para seus catecúmenos a dureza das exigências radicais do Evangelho, apreciou neste livro o seu aspecto prático muito humano, jamais legalista, marcado exatamente pelo equilíbrio já mencionado, e o canonizou, tornando-o o “Eclesiástico”, isto é, livro da *ekklêsia*, livro da Igreja!

Mas voltemos ao Sirácida. Ele procurou, sinceramente, a Sabedoria. Descobriu-a na Lei, chegou a ela através do temor de Deus, reverenciou-a na criação e reconheceu-a na história do seu povo. E não guardou essa descoberta egoisticamente para si: partilhou-a com seus discípulos, em sua “casa do ensino” (51,31), e com a posteridade, através do seu livro, essa “instrução de inteligência e ciência”, “sabedoria do coração”, “derramada como chuva” (50,29). Conforme ele mesmo nos diz, sem falsa modéstia: *Feliz quem se voltar incessantemente a estes ensinamentos: quem os fixar em seu coração há de tornar-se sábio* (50,30)¹⁵.

1.2 Inspiração e Verdade no Sirácida

1.2.1 – O problema do texto: qual texto?

O grande problema e, ao mesmo tempo, o grande mérito, de um estudo sobre a “Inspiração e Verdade” no Sirácida, é o seu próprio texto. De que texto se trata? Qual é o texto inspirado?¹⁶ Teoricamente, é o texto original hebraico, o qual, porém, esteve muito tempo perdido. Valeu, portanto, como canônico, o texto da tradução em grego, feita pelo neto de Ben-Sirá, pelo final do séc. II aC. Esse texto, chamado de Gr. I, chegou até nós através dos manuscritos mais importantes, e faz parte da Septuaginta, a Bíblia grega, assumida pelos evangelistas e demais autores do Novo Testamento. Durante o séc. I aC, o texto original, Hebr. I, sofreu alterações e acréscimos, que deram origem ao texto Hebr. II, também traduzido para o grego já na era cristã, constituindo o texto Gr. II. E ainda, pelo final do séc. II dC, um cristão da África do Norte traduziu em latim esse texto Gr. II, com ainda outros acréscimos. E foi esse texto latino que entrou na Vulgata de Jerônimo, no fim do séc. IV, sendo reconhecido como canônico pela Igreja ocidental por toda a Idade Média, até ser definitivamente confirmado no Concílio de Trento. Atualmente, após o Vaticano II, o texto latino oficial é o da Nova Vulga-

13. Pouco depois dele, no auge da perseguição helenista e da insurreição macabeia, a fé na ressurreição se explicitará nos livros de Daniel e dos Macabeus, especialmente 2Mc.

14. Toda a Tanak: *Torá, Nevi'im, Ketuvim*, Lei, Profetas, Escritos, citados nessa ordem no prólogo do tradutor.

15. Ver mais amplamente essa síntese do livro na Introdução do meu comentário: PEREIRA, Ney Brasil, *Sirácida ou Eclesiástico*, da col. Comentário Bíblico de Vozes/Sinodal/Metodista, Petrópolis, 1992, p. 13-27.

16. Pergunta semelhante se faz quanto ao livro de Jeremias, cujo conteúdo, no texto hebraico massorético, é 1/8 mais longo que na versão grega da LXX. Terá sido “expandido”, o texto original? Em todo caso, ambas as formas, a mais longa e a breve, são canônicas. Mais um argumento, sem dúvida, para questionar a teoria da “inspiração verbal”.

ta, publicada em 1979 e revista em 1986¹⁷, a qual, levando em conta os dados recentes da crítica textual, fez numerosas correções ao texto da Vulgata. Aqui no Brasil, a tradução da CNBB, desde a primeira edição em 2001, adotou a numeração da Nova Vulgata, acrescentando em subscrito itálico a numeração dos LXX, sempre que há divergência. Na prática, quando se deve checar uma citação do Sirácida, é preciso estar preparado para não identificá-la numa primeira tentativa. Verifiquem-se então os versículos vizinhos, antes ou depois do versículo procurado.

E aí, como fica a inspiração verbal do texto? E novamente a pergunta, já feita acima: de que texto se trata? Teoricamente, a “inspiração”, isto é, a ação do Espírito Santo, que moveu os autores inspirados (cf. 2Pd 1,21), se restringiria à primeira redação, na língua original, ou, antes, se estenderia a todo o processo de elaboração do texto, ainda na língua original, até a sua forma final, “canonizada”? Mas há ainda o processo da tradução, por difícil que seja (cf. o prólogo do tradutor do Sirácida), necessário para a imensa maioria dos leitores e/ou ouvintes que nada sabem do texto original. Ora, também o tradutor, que normalmente procura ser fiel ao original, deve participar dessa “inspiração” que acompanha a formulação escrita, agora em outra língua, daquela “verdade de salvação” que Deus quis transmitir-nos por meio do hagiógrafo, e quer continuar a transmitir-nos, ao longo das gerações e culturas.

1.2.2 – A consciência da Inspiração no Sirácida

A maioria dos autores bíblicos não se apresenta como “inspirados”, nem como conscientes de o serem, nem mencionam ordens divinas expressas de escrever. No Sirácida, porém, encontramos algumas indicações dessa consciência. Por exemplo, no capítulo 15, ao discorrer sobre “aquele que teme a Deus e observa a Lei”, partindo certamente da própria experiência, afirma que ele “*adquire a Sabedoria*” (15,1) e ela fará com que “*tome a palavra no meio da assembleia, e o encherá do seu Espírito*” (15,5). Pensamento semelhante encontramos no capítulo 39, no elogio do escriba, uma espécie de autorretrato: “*Aquele que amolda sua alma no temor de Deus e medita na lei do Altíssimo... e dedica seu tempo às profecias... será repleto do Espírito de inteligência, fará chover as palavras da Sabedoria... e aprofundará os segredos divinos*” (cf. 39,1.8-10). Logo depois do mencionado elogio do escriba, no convite a louvar o Senhor, escreve: “*Continuarei refletindo e continuarei a falar; estou repleto como a lua cheia. Escutai-me, filhos piedosos...*”

No capítulo 24, no final do elogio da Sabedoria divina, identificada com a Lei, Ben-Sirá parece falar também de si mesmo, quando arremata: “*Farei, pois, luzir a instrução como a luz da aurora, e a proclamarei até bem longe... Continuarei a espalhar minha instrução como profecia e a deixarei para as gerações dos séculos... Vede que não trabalhei só para mim, mas para todos os que a Sabedoria procuram*” (cf. 24,44-47).

No capítulo 33, fala da fé na Palavra de Deus, em paralelismo com a Lei: “*A pessoa sensata crê na Palavra de Deus; para ela a Lei é tão digna de fé como quem responde a*

17. Cf. PEREIRA, N.B. Op. cit., p. 21-22.

uma pergunta” (33,3)¹⁸. No mesmo capítulo 33, temos quatro versículos nos quais o Sirácida fala da sua experiência de “catador de uvas” da Palavra, e demonstra consciência de ter algo importante a dizer, aos líderes do povo, da parte de Deus: “*Quanto a mim, fui o último a continuar em vigília, como quem cata uvas atrás dos vindimadores. Pela bênção de Deus, eu também me adiantei e, como quem vindima, enchi o meu lagar. Vede que não trabalhei só para mim, mas para todos os que buscam a instrução. Ouvi-me, pois, ó grandes do povo e vós, dirigentes da assembleia, prestai-me ouvidos*” (33,16-19).

No capítulo 44, no início do elogio dos antepassados de Israel, alude aos que “*fizeram anúncios em profecias, guiaram o povo com seus conselhos e com a sua habilidade em escrever, e na sua instrução estavam as palavras da Sabedoria*” (cf. 44,3-4). Quanto a Moisés, Deus “*o escolheu entre todos os viventes, fez com que ouvisse a sua voz... e deu-lhe, face a face, os mandamentos*” (45,5-6). Sobre a interpretação da Lei, o Sirácida assim apresenta o “magistério” de Aarão: “*Deu-lhe autoridade sobre seus preceitos e sobre o teor dos mandamentos, para ensinar a Jacó seus testemunhos e iluminar Israel mediante a Lei*” (45,21). Quanto ao livro de Isaías, o Sirácida considera-o na sua unidade, atribuindo-o a um único autor, o mesmo profeta, “*grande e fiel em suas visões... que viu as últimas coisas e consolou os que choravam em Sião, e mostrou as coisas futuras... antes que acontecessem*” (cf. 48,25-28).

A conclusão do livro, como uma espécie de assinatura, do próprio autor ou de um discípulo editor, denota ainda uma vez a consciência da sua “*inspiração*”: “*Uma instrução de sabedoria e de disciplina escreveu, neste livro, Jesus, filho de Sirac, de Jerusalém, que derramou a sabedoria do seu coração. Bem-aventurado aquele que for versado nestas palavras: quem as fixar no coração será sempre sábio. Se as praticar, será capaz de tudo, porque o temor de Deus é a sua trilha*” (50,29-31).

1.2.3 – A “verdade” no Sirácida

Neste longo livro, de 51 capítulos, e num texto não uniforme, mas transmitido em várias recensões, e abordando tantos aspectos da vida quotidiana, individual, familiar e social, qual é a “*verdade de salvação*” que ele quer transmitir? Antes de tudo, a sua convicção, partilhada com toda a corrente sapiencial, de que o “*temor de Deus*” é o princípio da Sabedoria (p. ex. 1,16 e 50,31), e que esta se encontra consubstanciada na Lei (24,32-33). Vimo-lo acima, nos textos que expressam a sua consciência, de que tem algo importante a transmitir.

A seguir, a sua *teodiceia*, isto é, a sua justificação de Deus diante do problema do mal. A solução que ele apresenta, diferentemente de Jó e do Eclesiastes, é a convicção da bondade fundamental de todas as coisas e o princípio do duplo aspecto, isto é, da associação constante e harmoniosa dos elementos opostos e complementares, do bem e do mal, como do dia e da noite (cf. 39,21-41)¹⁹.

18. A tradução do segundo termo da comparação é conjectural: no gr., *hôs erôtêma dêlôn*; na NV, *sicut qui interrogati-onem manifestat*.

19. PEREIRA, N.B. Op. cit., p. 17.

Quanto à *retribuição na outra vida*, com uma possível discriminação entre bons e maus no além-túmulo, ele não tem nada de novo a dizer. Segundo os autores que o precederam, não há tal distinção no mundo subterrâneo do *Xeol* (em gr. *Hádês*), para onde descem as sombras dos bons e maus igualmente. A diferença está apenas no bom nome e na honrada descendência dos bons (cf. 39,12-15), contrastando com o esquecimento e a lamentável descendência dos maus (cf. 41,8-13).

Característico também do Sirácida é o seu apreço *pele culto e o sacerdócio*, apreço que chega às raias do entusiasmo na apresentação do sumo sacerdote Simão II na liturgia do Templo (50,1-23) e na evocação da memória dos sacerdotes Aarão e Fineias (45,7-26). Esse apreço, porém, não o impede de denunciar profeticamente o formalismo do culto, numa das mais belas passagens do livro (34,22-31 e 35,14-26). É que ele considerava muito importante, para a defesa do judaísmo na crise helenista, o apelo ao ritual do Templo entre os leigos, e o exercício de uma consciente liderança por parte dos sacerdotes (cf. 45,31b)²⁰.

Entre outras “verdades” marcantes do livro está ainda o seu comentário ao quarto mandamento (3,1-18), a sua insistência no perdão dos inimigos (28,1-9), suas repetidas exortações à esmola (4,1-11; 7,36-40), suas denúncias da opressão dos pobres (13,3-8.19-30; 34,22-29), seu apreço pelos livros sagrados, dos quais extrai o “elogio dos antepassados” (caps. 44–49), etc. Muitos outros aspectos positivos deveriam ser relevados, mas não é o caso nesta síntese.

Quanto às limitações humanas do livro, costuma citar-se a insistência na severidade, inclusive física, da educação dos filhos, especialmente das filhas (30,1-13 e 42,9-14) e, mais ainda, a abordagem patriarcal e machista do casamento, especialmente seu conceito da mulher (cf. 25,17–26,24). Nem lhe passa pela cabeça discutir como deveria ser o “bom marido”, do ponto de vista da mulher. Também não lhe ocorre glorificar uma figura feminina sequer, na sua galeria de heróis do passado (caps. 44–49): as únicas que aparecem anônimas são as mulheres às quais “se entregou” Salomão, para sua ruína (47,21). Tendo nós, hoje, graças a Deus, outra perspectiva, mais abrangente e mais justa, sobre a realidade homem-mulher, cabe-nos corrigir e completar essa visão deficiente do Sábio que, aqui, não soube aplicar corretamente o seu princípio do “duplo aspecto” das coisas, tão importante na sua teodiceia²¹. À luz de outras passagens da Bíblia, a começar da perspectiva mais igualitária do Sacerdotal que a do Javista (Gn 1, comparado com Gn 2–3), até o princípio revolucionário de Paulo em Gl 3,28 – *Não há mais... homem e mulher; pois todos vós sois um, no Cristo Jesus* – esse conceito ambíguo e relativo do Sirácida pode e deve ser retificado, mesmo questionado. Inclusive pelo fato de que tudo, ou quase tudo, o que ele, como homem, escreve de negativo sobre a mulher, poderia também uma mulher escrever, do seu ponto de vista, sobre o homem²².

20. Id., *ibid.*, p. 18.

21. Id., *ibid.*, p. 18.

22. Id., *ibid.*, p. 134.

Quanto ao caráter inspirado desses textos, canônicos na sua integralidade, depois de reafirmar a inerrância da Escritura “naquilo que Deus quis que, *em vista de nossa salvação*, fosse escrito”²³, o Concílio Vaticano II reconhece também as “coisas imperfeitas e transitórias” que contêm os livros do Antigo Testamento²⁴. Aliás, por que não acrescentar que, apesar da sua proeminência em relação aos do Antigo Testamento²⁵, também os livros do Novo Testamento contêm “coisas imperfeitas e transitórias” em nível da expressão humana da fé, mesmo que essa expressão seja “canônica”, isto é, reconhecida como inspirada?²⁶

Qual o critério, então, sem cairmos na teoria do “cânon no cânon”, e um critério objetivo para discernirmos num livro bíblico, numa passagem determinada – no caso, aqui, no Sirácida – aquilo que é, de fato, “palavra de Deus”, ou seja, “verdade de salvação” para nós? Além da Tradição e do Magistério da Igreja que, para nós, católicos, são a instância autoritativa nas dúvidas, o critério objetivo para todos os cristãos é o *projeto de Deus revelado plenamente em Jesus Cristo*. E esse projeto é libertar, salvar, levar à plenitude de vida. E a vida, “vida eterna”, o que é? É “*conhecer a ti, Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, teu Filho, que enviaste*” (Jo 17,3)²⁷. Mas “conhecer a Deus”, de que modo? “Praticando a justiça”, nos responde Jeremias²⁸. Ou, segundo João, “amando os irmãos e irmãs” (cf. 1Jo 4,20-21)²⁹.

2. O Livro da Sabedoria

2.1 Síntese do livro

Último livro do Antigo Testamento, escrito originalmente em grego no final do séc. I aC e fazendo parte dos *deuterocanônicos*, seu título original é “Sabedoria de Salomão”, como consta na Bíblia grega dos Setenta. Na antiga tradução latina, já do século II, posteriormente incorporada à Vulgata, o título é “Livro da Sabedoria”, geralmente simplificado nas traduções modernas como “Sabedoria”.

Qualquer desses títulos aponta para a “Sabedoria” como sua temática dominante. E, de fato, é na parte central do livro, exatamente nos capítulos 7 a 9, que a teologia sapiencial, depois de Pr 8 e Sir 24, atinge seu ponto culminante. Entretanto, o tema principal do livro é a “Justiça”, anunciada desde o versículo inicial: “*Amai a justiça, vós que governais a terra*” (1,1a). De fato, se a Sabedoria domina os capítulos 7 a 9 e, ainda, o cap. 10, a Justiça atravessa o livro do começo ao fim: justiça, injustiça, justos e injustos, Juízo... A Sabedoria, pois, proclamada por este livro, relaciona-se intima-

23. *Dei Verbum*, 11.

24. *Id.*, 15.

25. Cf. *Dei Verbum*, 17.

26. PEREIRA, N.B. *Op. cit.*, p. 26.

27. *Id.*, *ibid.*, p. 27.

28. Cf. Jr 22,16: “*Ele – Josias – julgava com justiça a causa do humilde e do pobre... Não é isso conhecer-me?*”

29. Cf. 1Jo 2,4 e 4,21: “*Quem diz ‘Eu conheço a Deus’, mas não observa seus mandamentos, é mentiroso... ora, este é o mandamento que dele recebemos: quem ama a Deus, ame também seu irmão.*”

mente com a Justiça e podemos identificá-la como “Sabedoria política”, a mesma que Salomão pediu ao Senhor em 1Rs 3,9 e que é descrita em Pr 8,15-16.

O autor do livro é um sábio, que assume a postura do profeta. Ele não teme denunciar os abusos dos “*juizes dos confins da terra*”, anunciando-lhes o julgamento ao qual Deus submeterá os governantes (cf. 6,1-11), à semelhança do juízo contra os “ímpios” no Êxodo (caps. 11-19) e o próprio juízo escatológico (cap. 5). Quem seriam esses “ímpios”, mencionados 14 vezes, e os “injustos”, mencionados 9 vezes, ao longo de todo o livro? E os “justos”, às vezes “o justo”, mencionados 27 vezes, contrapondo-se àqueles “ímpios” e “injustos”?³⁰

Situando-se a composição do livro em Alexandria, não na Judeia, e depois, não antes da dominação romana instaurada após a vitória de Otávio Augusto em 31 aC, a contraposição é entre judeus, agora esbulhados de seus direitos (cf. 19,16) e seus dominadores, os egípcios, a serviço de Roma³¹. Por isso, o relevo dado à recordação dos fatos do Êxodo, nos caps. 11–19.

O livro inteiro está construído em torno da oração de Salomão para alcançar a Sabedoria, a fim de poder governar com Justiça (cap. 9). Os capítulos anteriores exortam os príncipes a adquirirem esse dom. E da própria oração surge, a partir do cap. 10, a meditação sobre a Sabedoria na história do mundo e de Israel, em contraposição com a idolatria e a injustiça do Egito, onde vivem os leitores. Os 19 capítulos podem ser assim estruturados: 1ª parte, A Justiça e a Sabedoria, 1,1–6,21; 2ª parte, A Sabedoria em si mesma, 6,22–9,18; 3ª parte, Sabedoria e Justiça na história primordial, cap. 10; 4ª parte, Sabedoria e Justiça no Êxodo, caps. 11–19.

Do ponto de vista doutrinário, a grande novidade do livro é a fé na recompensa após a morte: Deus fez o ser humano para a imortalidade (*incompactibilidade*, cf. 2,23), vista não como consequência da natureza imortal da alma, como na filosofia grega, mas como desígnio de Deus para os que lhe são fiéis. Aos maus, porém, espera a morte eterna. Ao homem cabe escolher, no decorrer da sua existência terrena, entre a vida, sendo fiel a Deus, ou a morte, posicionando-se contra o seu Criador, na senda dos ímpios.

As expressões do livro sobre a Sabedoria personificada, seu papel criador (7,12.21; 8,5-6) e cósmico (7,24; 8,1), sua relação com o Espírito de Deus (1,16; 7,7.22-23) e sua atividade na história da salvação (caps. 10–19) preparam as expressões do Novo Testamento sobre o mistério da pessoa divino-humana de Jesus Cristo, *imagem do Deus invisível, primogênito de toda criatura* (Cl 1,15; cf. Sb 7,25-26).

Partindo do seu contexto histórico, na Alexandria cosmopolita do seu tempo, e vivendo as preocupações e conflitos da sua comunidade de sangue e de fé, o autor percebe que tem algo relevante a dizer. Ele se dá conta de que vive numa sociedade marcada pela injustiça, injustiça que é também, e por isso mesmo, impiedade e insensatez. Por esse motivo, busca iluminação na história do seu povo, especialmente na expe-

30. Cf. PEREIRA, Ney Brasil. *Livro da Sabedoria. Aos governantes, sobre a Justiça*. Coleção Comentário Bíblico do AT. Petrópolis: Vozes/Sinodal, 1999, p. 13-15.

31. Id., *ibid.*, p. 16-19.

riência fundante do Êxodo, e percebe ali que os “ímpios” egípcios, também injustos e insensatos, que eram os opressores de Israel, são repetidamente advertidos e, enfim, punidos pela justiça de Deus. E que os hebreus, por eles oprimidos, eram fiéis, ou “pios”, e por isso mesmo deviam ser justos e sábios, porque escolhidos, portanto, amados e protegidos por seu Senhor. É por isso que seu livro, que começara com uma apóstrofe aos governantes, os detentores humanos do poder, termina com uma “confissão” Àquele que é o único legítimo Senhor, o único legítimo Poderoso, Aquele que, tudo podendo, governa com justiça e misericórdia, porque, junto dele, no seu trono, está a Sabedoria³².

A relevância do livro, entre outros méritos, está em contrapor com clareza justos e injustos, sábios e insensatos, urgindo o leitor a tomar partido. Assim, este livro “da Sabedoria” é também livro “da justiça”. Ou, ainda, livro “da Sabedoria que conduz à justiça”, e, por isso, à Vida³³.

2.2 – *Inspiração e Verdade no livro da Sabedoria*

2.2.1 – A consciência da “Inspiração” no livro da Sabedoria

O próprio fato de interpelar com autoridade os “governantes da terra” (1,1-15; 6,1-21), implica no autor a consciência de fazê-lo em nome de Deus, ou seja, “inspirado” por Deus, embora não faça preceder as suas interpelações pela fórmula profética “*Assim diz o Senhor*”. Ele fala com autoridade, a autoridade que lhe dá “*o santo Espírito da instrução*” (1,5), ou seja, “*o Espírito do Senhor, que enche toda a terra e que, abrangendo tudo, tem conhecimento de cada som*” (1,15). Esse é o “*Espírito da Sabedoria*”, que o autor, por boca de Salomão, suplicou e recebeu (7,7). Esse “Espírito” é “*o sopro do poder de Deus, a emanação pura da glória do Todo-Poderoso*” (7,25), o qual, “*comunicando-se às almas santas através das gerações, forma os amigos de Deus e os profetas*” (7,27). Evidentemente, o autor se inclui entre esses “amigos de Deus e profetas”. Ciente de que o mundo e, em especial, o ser humano, foram criados pela “Palavra” e a “Sabedoria” de Deus (cf. 9,1), o autor faz ainda a seguinte pergunta retórica: “*Quem, pois, conheceria o teu projeto, se não lhe desses a Sabedoria, e do alto enviasses teu santo Espírito*” (9,17)? Isto é, a mente humana, por si só, é incapaz de entender o “projeto”, ou seja, o desígnio de Deus: ela necessita da sua Sabedoria e do seu Espírito.

Quanto à força criadora e poderosa da Palavra, a palavra de Deus, o autor a vê atuando na criação de todas as coisas (9,1) e, junto com a Sabedoria, na criação do ser humano (9,2). Vê-a também curando e salvando da morte, no episódio da serpente de bronze: os atingidos eram salvos, “*não por aquilo que viam, mas por Ti, salvador de todos*” (16,7)... “*pela tua Palavra, que tudo cura*” (16,12). No episódio do maná, retomando Dt 8,3, o autor afirma que “*não é a produção de frutos que alimenta as pessoas, mas a tua Palavra, que sustenta os que creem em Ti*” (16,26). Vê-a também como ins-

32. Id., *ibid.*, p. 228.

33. Id., *ibid.*, p. 230.

trumento da justiça punitiva contra os obstinados egípcios, na morte dos primogênitos, quando “*a tua Palavra todo-poderosa, vinda do céu, do seu trono real, precipitou-se, como guerreiro impiedoso, ao meio de uma terra condenada ao extermínio, levando o teu decreto irrevogável como espada afiada...*” (18,15).

Mas a Palavra é também instrumento de misericórdia, como aconteceu no caso da rebelião de Coré, quando Aarão interveio, “*sobraçando o escudo do seu ministério*” (18,21), “*e assim venceu a ira, não pela força corporal nem pelo poder da armadura, mas pela Palavra... recordando os juramentos e as alianças dos patriarcas*” (18,22). A Palavra se faz aqui expressão eficaz da memória, recordando com fruto os “juramentos” e as “alianças” de outrora.

2.2.2 – A “Verdade” no livro da Sabedoria

O texto original do livro, em grego, está muito bem conservado, diferentemente do livro do Sirácida. Se este chegou até nós com irremediáveis variantes, como vimos acima, o livro da Sabedoria encontra-se numa forma praticamente unitária, com bem poucas variantes. Há apenas um pequeno problema na diferente numeração dos versículos, nas edições críticas, em certos capítulos³⁴.

Quanto ao seu conteúdo, à semelhança do Sirácida, também o autor de Sabedoria elabora uma síntese. Menos ampla, no sentido de que menos enciclopédica, que a do Sirácida, mas mais condensada, mais unitária e, por isso mesmo, mais profunda. Como Ben-Sirá, ele proclama e exalta a ação de Deus na criação e na história, especialmente na história do seu povo. Como Ben-Sirá, ele exalta a Sabedoria, procura-a com fervor, recebe-a e reparte-a, mas focaliza-a de maneira diferente. Para seu antecessor, a Sabedoria *sai da boca do Altíssimo e se estabelece em Sião*, identificando-se com a Torá, a Lei, *o livro da Aliança do Altíssimo* (cf. Sir 24,5.15.32) e o acesso a ela, seu princípio, é o *temor de Deus* (Sir 1,16). Também para o nosso autor, a Sabedoria vem de Deus, sendo uma *exalação do seu Poder e emanação de sua Glória* (Sb 7,25ab), estando até *assentada no seu trono* (9,4), mas ele não a identifica explicitamente com a Lei, nem menciona o “temor de Deus” como seu princípio. Fala, sim, das “leis” da Sabedoria, a serem observadas por quem a ama (6,18b), e afirma que *a guarda de suas leis é garantia de incorruptibilidade* (6,18c), e seu *princípio mais genuíno é o desejo da instrução* (6,17), não, diretamente, o “temor de Deus”. Por outro lado, em 18,4c ele afirma que a missão de Israel é levar ao mundo a *luz incorruptível da Lei*. Em todo caso, abre novas perspectivas, preocupado, como está, nas tensões do seu tempo, com a Sabedoria “política” dos que detêm o poder e que deverão governar os povos *amando a Justiça* (1,1a), sob pena de incorrerem no justo juízo de Deus (6,1-8). E ainda, se para o Sirácida a retribuição se dá no horizonte desta vida, o autor de Sabedoria, num contexto mais turbulento, anuncia sem hesitação a “imortalidade” dos justos e a vida futura (cf. 3,1-10 e 5,1-16). Ele não fala explicitamente da “ressurreição”, apesar de provavelmente já conhecer a expressão dessa fé em Dn 12 e 2Mc 7³⁵.

34. Id., *ibid.*, p. 44-45.

35. Id., *ibid.*, p. 33-34.

Ainda quanto à escatologia, o autor afirma o juízo: Juízo que se antecipa na *investigação* constante que a Sabedoria e o Espírito fazem das mínimas “palavras” de cada um (1,6-11), juízo que será definitivo e inapelável, diante dos justos (cap. 5; também 6,1-8). Enquanto os justos são admitidos entre os *filhos de Deus* (5,5), os ímpios são atacados e destruídos pelas forças cósmicas, a serviço da divina justiça (5,17-23)³⁶.

Quanto à personificação feminina da Sabedoria, processo já iniciado em Provérbios (caps. 1–9) e levado adiante pelo Sirácida, apesar da tendência patriarcal desse sábio (confira, além de Sir 24, também Sir 4,11-19 etc.), o autor a desenvolve, especialmente nos capítulos 7–9, centrais no livro. No cap. 10, é notável como a Sabedoria toma o lugar do tradicional nome de Deus, como sujeito dos fatos salvíficos da história do seu povo: a Sabedoria é o Deus de Israel em figura feminina³⁷. Isso, naturalmente, é relevante em nosso tempo, de crescente reconhecimento da dignidade e papel da mulher, na sociedade e na Igreja.

É conhecida a crítica demolidora da Idolatria, nos capítulos 13 a 15. Convicto de que a prática da justiça flui do reconhecimento do Deus único, do *pensar corretamente* a seu respeito (1,1b), o autor demonstra que a idolatria, pelo próprio fato de ser um pensamento *retorcido* sobre Deus (cf. 1,3a), leva à prática da injustiça e de todos os vícios. Ora, como a Sabedoria conduz à imortalidade (6,19 e 8,13a), a idolatria é princípio de corrupção (14,12b) e de morte, porque os ídolos são mortos, sem alento e sem vida (14,29a). Tudo isso o Discípulo Amado vai resumir, na advertência final da sua carta: *Filhinhos, guardai-vos dos ídolos* (1Jo 5,21).

A propósito da punição dos egípcios no Êxodo e, mais ainda, da eliminação dos cananeus para que os hebreus pudessem entrar na terra prometida, o autor desenvolve amplas considerações sobre o poder, a justiça, e a misericórdia de Deus (11,17–12,22), justificando a conduta divina. A “entrada” do “povo escolhido” na “terra prometida”, porém, de fato, não deixou de ser uma invasão, acompanhada de genocídio, como o foi a “descoberta” da América pelos cristãos espanhóis e portugueses. O fato é que o autor vê-se obrigado a explicar os acontecimentos segundo as tradições do seu povo, e assim tenta justificar a ação de Deus – nós perguntamos: só de Deus? – nessa fração da história humana³⁸.

A antropologia do autor, em 8,19-20, textualmente supõe a preexistência das almas e também a sua transmigração, crença antiga e multicultural, professada entre nós pelos espíritas. Notar, porém, que mais adiante, sobre o mesmo assunto, ele já se exprime de modo mais coerente com a tradição bíblica, referindo-se a Deus como “*Aquele que plasmou o ser humano, insuflou-lhe uma alma ativa e infundiu-lhe um espírito vital*” (15,11; cf. Gn 2). Mais que tudo, a concepção da justiça e do juízo de Deus, tão veementemente apresentada na primeira parte do livro, não se concilia absolutamente com a reencarnação. É preciso, pois, no caso do texto de 8,19-20, reconhecer o “reves-

36. Id., *ibid.*, p. 34.

37. Id., *ibid.*, p. 38

38. Id., *ibid.*, p.157.

timento cultural”, a encarnação da palavra de Deus numa determinada cultura, que devemos saber interpretar: não isoladamente, mas no contexto do próprio autor e no contexto geral de toda a Bíblia³⁹.

Em síntese, a problemática da “Inspiração” e da “Verdade”, no livro da Sabedoria, apresenta-se bem menos complexa do que no livro do Sirácida. Como em qualquer outro texto bíblico, porém, as dificuldades que possam surgir, de tradução ou de interpretação, neste ou naquele livro bíblico, deverão ser sempre avaliadas à luz do *projeto de Deus revelado em Jesus Cristo*⁴⁰. Ele é a “verdade de salvação”⁴¹ por excelência, a “palavra de Deus” encarnada, que ilumina o texto, inspirado mas humano, de todos os livros do Antigo e do Novo Testamento.

Ney Brasil Pereira
Itesc
Caixa Postal 5041
88040-970 Florianópolis, SC
E-mail: ney.brasil@itesc.org.br

39. Id., *ibid.*, p. 124.

40. Cf. acima, p. 37

41. Cf. *Dei Verbum*, n. 11.